

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
11ª Sessão Ordinária de 2018

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 18/6/2018, págs. 1/22)

Dia: 26/06/2018

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 10ª Sessão Ordinária (12/06/2018).

Incluído na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001416/2014-59

Requerente: Aray Seara Nunes de Matos

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação ao Secretário-Geral do Ministério Público da União para o imediato cumprimento do art. 32 da Lei nº 11.415/2006, de maneira a anular o ato que determinou a não renovação da requisição do requerente. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

3) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000196/2017-99

Requerente: Comissão de Infância e Juventude

Assunto: Realização de revisita e visita técnica no Estado de Minas Gerais em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão de Infância e Juventude.

Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva – Presidente da Comissão de Infância e Juventude

Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (26/06/2018)

4) Correição n.º 0.00.000.000140/2017-34

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária no 4º Ofício da Procuradoria do Trabalho no Município de Londrina – Paraná.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

- 5) Correição n° 0.00.000.000143/2017-78
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 6) Correição n° 0.00.000.000144/2017-12
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 7) Correição n° 0.00.000.000145/2017-67
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Trabalho no Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 8) Correição n° 0.00.000.000146/2017-10
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Militar
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Geral Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Militar no Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 9) Correição n° 0.00.000.000161/2017-50
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Atalaia – Alagoas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
- 10) Correição n° 0.00.000.000022/2018-15
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária Temática sobre o Sistema de Execução Penal no Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

- 11) Correição n° 0.00.000.000064/2018-48
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia – Alagoas e na Promotoria de Justiça de Mata Grande – Alagoas.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 04/07/2017

- 1) Pedido de Providências n° 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 05/07/2017

- 2) Proposição n° 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/10/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 24/10/2017

- 4) Pedido de Providências nº 1.00006/2017-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915
Recorridos: Ministério Público Federal; Tiago Modesto Rabelo
Objeto: Ministério Público Federal. Recomendação MPF-PRM/ILH-GAB 03 N.º 05/2016. Pagamento de honorários advocatícios nos contratos celebrados entre advogados e a Administração Pública. Valores repassados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, atual FUNDEB. Suposta violação de prerrogativas da classe dos Advogados. Pedido de anulação da referida Recomendação.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 14/11/2017

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Embargos de Declaração)
Embargante: Lucas Fernandes Bernardes
Advogado: Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522
Embargado: Monique Cheker de Souza
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Trata-se de Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista em 28/11/2017

- 6) Proposição nº 1.00973/2017-77
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Declarar a incompetência do CNMP para questões atinentes ao Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 12/12/2017

- 7) Proposição nº 1.00582/2017-16
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Atuação dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Lauro Machado Nogueira
- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00636/2017-43 (Embargos de Declaração)
Embargante: Krishnamurti Lopes Mendes França
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP nº 1.00221/2015-07. Membro Krishnamurti Lopes Mendes França.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01003/2017-52
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (SINDIPÚBLICOS)
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES n.º 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Irregularidades em contratações temporárias. Contrato 82/2015. Prejuízo a nomeações de candidatos aprovados no Concurso Público 02/2013.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Pedidos de Vista em 05/02/2018

- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar e de sigilo.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Espírito Santo
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01059/2017-07
Requerente: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Portarias SGMP POR – 746/2017, SGMP POR – 747/2017 e SGMP POR – 751/2017. Remoção de servidoras da Ouvidoria. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Leonardo Accioly da Silva

Pedido de Vista em 27/02/2018

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 10/04/2018

- 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01158/2017-99
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado: Clícia Pinto Martins
Advogado: Marcio Melo Nogueira – OAB/RO nº 2.827
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Conselho Superior. Procedimento de Impugnação de Estágio Probatório. Vitaliciamento. Afronta à Lei Complementar Estadual nº 93/93
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Rondônia
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedidos de Vista em 24/04/2018

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00956/2016-59 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação do Ministério Público de Pernambuco
Advogado: Sandoval de Arruda Beltrão Júnior – OAB/PE nº 22382
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

- 15) Pedido de Providências nº 1.00179/2018-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores Públicos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – SINDSEMP/MG
Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Vedação ao Procurador-Geral de Justiça de editar Resolução. Codificação, identificação, critérios e lotação. Cargos de que trata o art. 2º, da Lei Estadual nº 22.618/2017. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento

Pedidos de Vista em 22/05/2018

- 16) Reclamação Disciplinar nº 1.01024/2017-03 (Recurso Interno)
Recorrente: Francisco de Jesus Lima
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI nº 15339
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação disciplinar autuada em desfavor da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha
- 17) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00329/2018-43
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Manifestação em redes sociais. Violação dos deveres funcionais. Falta de urbanidade com as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça. Conforme constatado na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00161/2018-11. Portaria CNMP-CN nº 105/2018.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedidos de Vista em 12/06/2018

- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Lei Complementar nº 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar nº 1.00159/2017-16.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

- 19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00338/2018-34
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Manifestação durante discurso na IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná. Inobservância do dever legal de guardar decoro pessoal e manter conduta pública ilibada.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Processo com julgamento iniciado

- 20) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 20ª Sessão Ordinária (24/10/2017)

- 21) Pedido de Providências nº 1.00786/2017-01
Requerentes: Artigo 19 Brasil; Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM
Advogados: Camila Marques Barroso – OAB/SP n.º 325.988; Rafael Carlsson Gaudio Custodio – OAB/SP n.º 262.284; Henrique Hollunder Apolinario de Souza – OAB/SP n.º 388.267; João Paulo de Godoy – OAB/SP n.º 365.922; Marcos Roberto Fuchs – OAB/SP n.º 101.663; Cristiano Avila Maronna – OAB/SP n.º 122.486
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Harmonização da atuação institucional. Cumprimento da Resolução CNMP nº 20/2007. Uso das forças policiais na limitação do direito de manifestação e associação pelo Governo do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00631/2017-75
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Apuração. Legalidade. Provimento nº 20/2016, art. 16 e art. 35. Procuradoria Geral de Justiça. Teto remuneratório. Resolução CNMP nº 09/2006. Decisão proferida no PCA CNMP nº 1.00940/2016-82.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Ceará
- 24) Proposição nº 1.00752/2017-53
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Parâmetros para atuação do Ministério Público. Defesa do acesso e da qualidade da atenção básica de saúde e na execução das atividades relacionadas à ação nacional de saúde.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal
- 25) Pedido de Providências nº 1.00903/2017-55
Requerente: Thomas Santos Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Irregularidades em progressão na Carreira de servidor. Reenquadramento do requerente para a Classe e Nível imediatamente superior. Pagamento dos valores correspondentes às parcelas remuneratórias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Bahia

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (28/11/2017)

- 26) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00637/2017-05
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessado: Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Análise. Incorporação de gratificação de função. Gratificação de risco de vida. Conforme decisão do PCA CNMP n.º 1.00221/2015-07.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição n.º 1.00990/2017-03
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público substituir-se às bancas examinadoras, seja na elaboração, na correção ou na anulação de questões de provas de concursos públicos do Ministério Público brasileiro, desde que ausente ilegalidade manifesta ou violação à Resolução do Conselho.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 23ª Sessão (12/12/2017)

- 28) Proposição n.º 1.00294/2016-71
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129, da Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 29) Proposição n.º 1.00977/2017-91
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se conhece a notícia anônima, genérica, desprovida de elementos informativos mínimos. A notícia anônima, com fato concreto e grave, quando se justifica o temor do noticiante, pode ser convertida em procedimento de iniciativa do Conselheiro Relator, do Plenário, ou de qualquer Conselheiro.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão (05/02/2018)

30) Proposição nº 1.00299/2017-30

Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

31) Proposição nº 1.00720/2017-02

Requerente: Conselheiro Claudio Henrique Portela do Rego

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Atuação do Ministério Público em políticas efetivadoras de direitos fundamentais. Diretrizes para a realização ou o referendo de acordos.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

32) Proposição nº 1.00940/2017-72

Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A criação, extinção ou fusão de órgãos de execução do Ministério Público são medidas afetas à discricionariedade administrativa, e o Conselho Nacional não deve invalidá-las quando não se constatar violação ao interesse público.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (20/02/2018)

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50 (Embargos de Declaração)

Embargante: David Evandro da Costa Carramanho

Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público

Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências n.º 0.00.000.000028/2006-41.

Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho

Origem: Amazonas

34) Proposição nº 1.00185/2017-35

Requerente: Conselheiro Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

- 35) Proposição nº 1.00743/2017-62
Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessária coesão na atuação das unidades ministeriais. Fiscalização do Projeto de Integração do São Francisco – PISF.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 36) Pedido de Providências nº 1.00783/2017-40
Requerente: Abdel Hakim Farache
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promoção de arquivamento. Denúncia de crimes ambientais cometidos pelo Aeroporto de Guarulhos.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo
- 37) Proposição nº 1.00942/2017-80
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A entrada em exercício no cargo ao qual anteriormente havia sido objeto de impugnação caracteriza a perda de objeto do procedimento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00953/2017-88
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Ilegitimidade ativa ad causam do Sindicato que não tem o indispensável registro no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 39) Proposição nº 1.00954/2017-31
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função perante a Justiça Eleitoral de primeira instância deve recair sobre o Promotor de Justiça que há mais tempo deixou de exercer a função na zona eleitoral ou que nunca a tenha exercido nessa zona ou em qualquer outra.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

- 40) Proposição nº 1.00955/2017-95
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não se permite o pagamento de verba, remuneratória ou indenizatória, criada por ato da administração superior dos ramos do Ministério Público. As vantagens de caráter indenizatório e a retribuição pelo exercício de determinadas funções, passíveis de recebimento pelos membros do Ministério Público, são apenas as previstas nas respectivas leis orgânicas.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 41) Proposição nº 1.00962/2017-79
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Necessidade de apresentação das fichas financeiras e folhas de pagamento em um único documento, com a indicação clara e precisa dos pagamentos retroativos e das bases legais de cada rubrica.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 42) Proposição nº 1.00975/2017-84
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Não compete ao CNMP analisar questão que, in totum, está sob apreciação do Poder Judiciário, sob pena de supressão/violação da competência do Poder Judiciário para decidir a lide em caráter definitivo.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00981/2017-04
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Nulidade dos atos que configuram nepotismo cruzado, vedado pelo art. 3º, da Resolução CNMP nº 01/05.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 4ª Sessão (13/03/2018)

- 44) Pedido de Providências nº 1.00722/2016-20
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Paraná. Força Tarefa Lava Jato. Violação de garantias e direitos. Afronta ao art. 8º, da Resolução CNMP nº 23/2007. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Paraná

- 45) Proposição nº 1.00994/2017-10
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A atuação do CNMP, quanto à condução dos concursos públicos organizados pelas unidades do Ministério Público, adstringe-se à verificação da observância das normas editalícias e da conformidade de tais normas à legislação vigente.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (10/04/2018)

- 46) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00619/2016-25
Requerente: Acenildo Botelho Pontes
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Alegação de inércia. Denúncia envolvendo o Governador do Estado do Pará e a empresa Cerpasa. Demora injustificada para ingressar com ação penal. Inquérito Civil Público nº 001/2005 ainda sem conclusão.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Pará
- 47) Proposição nº 1.00109/2018-83
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 160/2017.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 48) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00166/2018-90
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Falta de urbanidade. Violação do dever funcional. Manifestação pública indevida. Portaria CNMP-CN nº 31/2018. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00470/2017-89.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão (24/04/2018)

- 49) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

- 50) Pedido de Providências n° 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Branco; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n° 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 52) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n° 1.00092/2018-73
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo – ASSEMPES
Advogado: Monica Perin Rocha e Moura – OAB/ES n° 8.647
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Requerimento administrativo. Solicitação de informações resultantes de trabalho realizado pela empresa 3GEN Gestão Estratégica. Ausência de resposta após mais de dois meses.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 53) Proposição n° 1.00107/2018-76
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 7º, § 3º e do art. 54, § 1º, do Regimento Interno do CNMP.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal
- 54) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.00116/2018-67
Requerente: Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Requerido: Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Alagoas. Procuradoria dos Direitos do Cidadão. Controle externo da atividade policial. Preservação da atribuição de Promotoria de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Alagoas

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (15/05/2018)

- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00985/2016-39
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público brasileiro. Visa proibir que seja assegurado aos seus membros o recebimento de auxílio alimentação com efeitos financeiros retroativos até o ano de 2004.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 56) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00787/2017-65
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Utilização indevida das prerrogativas do cargo. Portaria CNMP-CN nº 170/2017. Baseada na Reclamação Disciplinar nº 1.00642/2017-73.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01093/2017-63
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Definição e distribuição de atribuições no âmbito da Administração Superior. Conforme acórdão proferido no Processo CNMP nº 1.00817/2017-89.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal
- 58) Proposição nº 1.01175/2017-17
Requerente: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Adoção de providências pelos órgãos do Ministério Público da União e dos Estados. Cumprimento dos princípios constitucionais previstos no art. 37, da Constituição Federal, nos procedimentos de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

- 59) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo n° 1.00194/2018-16
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Juliana Lemos Costa – OAB/MG n.º 118956
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inércia. Regulamentação de ato normativo. Lei Complementar n° 116/2011 e Lei Ordinária n.º 22.404/2016, ambas do Estado de Minas Gerais. Recomendação CNMP n° 52/2017. Realização de reuniões de conciliação para elaboração de texto final a ser publicado. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Minas Gerais
- 60) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00282/2018-08
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília. Tratamento descortês a servidores. Falta de urbanidade.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 61) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00314/2018-20
Requerente: Silvio dos Reis Sales Padua
Requeridos: Daniel Saliba de Freitas; Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogados: Raphael Rocha de Souza Maia – OAB/DF n.º 52.820; Thiago Esteves Barbosa – OAB/DF n.º 49.975; Marilda de Paula Silveira – OAB/DF n.º 33.954; Barbara Mendes Lobo Amaral – OAB/DF n.º 21.375
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Declaração de nulidade. Promoção por merecimento. Promotoria de Justiça de Araguari. Promoção do requerente à mencionada Promotoria. Reconstituição de todos os direitos oriundos da promoção, especialmente a inclusão na lista de antiguidade da segunda entrância. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Minas Gerais

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (22/05/2018)

- 62) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00374/2018-06
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Portaria CNMP-CN n.º 117/2018. Sindicância n.º 1.00084/2018-36. Entrega de direção de veículo automotor à pessoa sob efeito de álcool. Inobservância de dever legal de manter ilibada conduta pública e particular.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

- 63) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00424/2018-00
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00066/2018-54. Portaria CNMP-CN nº 124/2018.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 64) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00425/2018-64
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.01071/2017-67. Portaria CNMP-CN nº 127/2018.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00432/2018-48
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Objeto: Membro do Ministério Público Militar. Portaria CNMP-CN nº 138/2018. Criação de cachorros na sede do Ministério Público Militar em Manaus. Utilização de veículo oficial para fins particulares. Assédio moral contra servidores.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (29/05/2018)

- 66) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01157/2017-35
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Espírito Santo
Advogado: Marcos Gomes Ribeiro – OAB/ES nº 21094
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Decisão no Procedimento Administrativo GAMPES nº 201700137748-97, que determinou o afastamento da incidência da Resolução CNMP nº 09/2006. Determinação de cumprimento do teto remuneratório e restituição de valores recebidos irregularmente aos cofres públicos.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Espírito Santo

- 67) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00077/2018-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Jocelio Jairo Vieira – OAB/PB n.º 5672
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba. Descumprimento de dever inerente ao cargo. Prática de crime. Portaria CNMP-CN nº 09/2018. Baseada na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00245/2017-92.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
- 68) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00251/2018-02
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Monica Perin Rocha e Moura – OAB/ES n.º 8.647
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Excesso de Prazo. Protocolo nº 2017.0031.3903-44. Requerimento administrativo solicitando a regulamentação por meio de portaria específica do uso do estacionamento da Promotoria de Justiça Cível de Vitória, ampliando sua utilização para servidores.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Espírito Santo
- 69) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77
Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado: Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraíba

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (12/06/2018)

- 70) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado de São Paulo
Embargado: José Carlos Cruz
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: São Paulo
- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.00668/2017-94 (Recurso Interno)
Recorrente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Pará
- 72) Sindicância nº 1.00844/2017-51 (Recurso Interno)
Recorrente: Dermeval Farias Gomes Filho
Recorridos: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins; Corregedoria Nacional do Ministério Público
Advogados: Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF nº 1878-A; Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Roberto Baptista – OAB/DF nº 3212
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática de arquivamento proferida na Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal
- 73) Proposição nº 1.00983/2017-11
Requerente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha
Interessados: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP n.º 37/2009. A expressão "servir juntos" constante da Resolução CNMP n.º 01/05 expressa a necessidade de vinculação e subordinação direta ou indireta dos servidores efetivos para caracterização de nepotismo.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

- 74) Pedido de Providências nº 1.01042/2017-87 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Esdras Guimarães Pinto; Paulo Pinto
Advogado: Deborah Guimarães Pinto – OAB/ES nº 22031
Embargado: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 0056004720168080000. Manifestação do Parquet.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Espírito Santo
- 75) Reclamação Disciplinar nº 1.00017/2018-85 (Recurso Interno)
Recorrente: Emerson Silva
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Maranhão
- 76) Reclamação Disciplinar nº 1.00111/2018-99 (Recurso Interno)
Recorrente: Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Rio de Janeiro
- 77) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2018-52
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Celina Maria Peixoto Tavora
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Afastamento para exercício de mandato classista. Indeferimento. Limite constitucional de servidores afastados para desempenho de mandato classista. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Ceará
- 78) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00209/2018-19 (Recurso Interno)
Recorrente: Silvana Oliveira Almeida
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Cumprimento da decisão proferida no PCA nº 1.00278/2017-97. Disponibilização de cargo de Assessor Jurídico – Símbolo CMP-5.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Bahia

- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00241/2018-68
Requerente: Manoel Dias da Purificação Neto
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conselho Superior. Concurso de promoção por merecimento. Recusa diante de processo administrativo disciplinar em andamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Pernambuco
- 80) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00358/2018-23
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogados: Antônio Pedro Machado – OAB/DF n.º 52.908; Antônio Pedro da Silva Machado – OAB/DF nº 1.739-A
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Descumprimento da Resolução nº 66/2005, do Conselho Superior do Ministério Público. Baseado nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00162/2018-75. Portaria CNMP-CN nº 114/2018.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 81) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00377/2018-69
Requerente: Sigiloso
Advogado: Rafael Vilarinho da Rocha Silva – OAB/PI n.º 14.999
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Desconstituição do art. 38, da Resolução nº 03/2018-CPJ/PI. Alteração das atribuições da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina. Ausência de aprovação pela maioria absoluta do Colégio de Procuradores. Manutenção da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina no Núcleo de Defesa da Cidadania. Pedido liminar.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Piauí
- 82) Pedido de Providências nº 1.00431/2018-94 (Recurso Interno)
Recorrente: Rubens de Araujo Lima
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuação. Promoção de arquivamento. Irregularidade do processo nº 2016.01.1.053652-0. 1ª Promotoria de Justiça Militar do MPDFT. Prática de prevaricação e advocacia administrativa. Pedido liminar.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Distrito Federal

- 83) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00474/2018-33
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. Usurpação de atribuições do Ministério Público Estadual. Falta de cuidado com informações sigilosas requisitadas. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00147/2018-54. Portaria CNMP-CN nº 113/2018.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
- 84) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00479/2018-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação ofensiva ao Supremo Tribunal Federal. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00371/2018-37. Portaria CNMP-CN nº 155/2018.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (26/06/2018)

- 85) Reclamação Disciplinar nº 1.00807/2017-34 (Recurso Interno)
Recorrente: Antônio Marcos de Paulo
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Minas Gerais
- 86) Reclamação Disciplinar nº 1.00901/2017-48 (Recurso Interno)
Recorrente: Ignez Guimaraes Bolotario
Recorridos: Heiler Ivens de Souza Natali; Luciana Estevan Cruz de Oliveira; Marcelo Adriano da Silva
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Paraná
- 87) Reclamação Disciplinar nº 1.01032/2017-32 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Alison Bertoldo da Costa; Renata Sousa de Freitas da Costa
Advogado: André Nino da Silva – OAB/SP nº 267057
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: São Paulo

- 88) Reclamação Disciplinar nº 1.01138/2017-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Conselho Nacional do Ministério Público
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Pedido de Revisão de Decisão Monocrática de arquivamento proferida na Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 89) Procedimento Avocado nº 1.00005/2018-23
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Álvaro Vilarinho Brandão – OAB/PI nº 9914
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Procedimento Avocado. Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2014. Conforme acórdão proferido na Avocação CNMP nº 0.00.000.000125/2017-96. Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00224/2017-40.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Piauí
- 90) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00330/2018-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Administração de empresa no ramo da avicultura. Conduta incompatível com o cargo. Município de Nonoai. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 57/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio Grande do Sul
- 91) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00382/2018-35
Requerente: Rosângela Mazzuco
Advogado: Marcelo Almeida Sant'anna – OAB/RS nº 50.756
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Sul. Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Processo administrativo disciplinar PR.00035.00525/2014-4). Tratamento descortês e falta de urbanidade para com servidores, estagiários e terceirizados.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Rio Grande do Sul

- 92) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00391/2018-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho do Município de Londrina. Falta de urbanidade. Prática de assédio moral contra estagiários e servidores. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00901/2017-48. Portaria CNMP-CN nº 115/2018.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Paraná
- 93) Nota Técnica nº 1.00445/2018-53
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica. Projeto de Lei do Senado nº 318/2014, que altera o art. 982 da Lei 5.869/73 (Código de Processo Civil), para ampliar o inventário e a partilha extrajudiciais nas hipóteses em que houver testamento.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 94) Proposição nº 1.00447/2018-60
Requerente: Erick Venâncio Lima do Nascimento
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração dos art. 77, §§2º e 3º, 90 do RICNMP, para modificar regra que estabelece o início da contagem do prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 95) Consulta nº 1.00453/2018-90
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de aplicação retroativa das alterações promovidas pela Resolução CNMP nº 182/2017 aos casos anteriores à entrada em vigor das referidas alterações. Cumprimento de prazo de reabilitação prescrito pela Resolução CNMP nº 131/2015.
Relator: Cons. Dermeval Farias Gomes Filho
Origem: Pará
- 96) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00464/2018-99
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Manifestação Pública Indevida. Ofensas a ex-secretária executiva da Secretaria Municipal de Saúde. Município de Eunápolis. Portaria CNMP-CN nº 148/2018. Baseada nas informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00878/2017-00.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Bahia

- 97) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00480/2018-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Utilização de laudo técnico ideologicamente falso. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 152/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio Grande do Sul
- 98) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00481/2018-17
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática de comércio. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 153/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio Grande do Sul
- 99) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00482/2018-70
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conduta incompatível com o cargo. Prática do comércio. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00543/2017-91. Portaria CNMP-CN nº 154/2018.
Relator: Cons. Lauro Machado Nogueira
Origem: Rio Grande do Sul
- 100) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00506/2018-64
Requerente: Marcela Maria Pereira da Silva Barros
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LVI Concurso de provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de anulação de questão.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais
- 101) Proposição nº 1.00510/2018-87
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui e regulamenta o uso do Whatsapp ou recurso tecnológico similar para comunicação de atos processuais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Erick Venâncio Lima do Nascimento
Origem: Distrito Federal

- 102) Reclamação Disciplinar nº 1.00521/2018-85
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná
Interessados: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Paraná. Remoção de membro do MPT/PR por Interesse Público.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná
- 103) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00522/2018-39
Requerente: Savio Araujo de Lemos Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LVI concurso para provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto. Ingresso na carreira. Prova objetiva. Anulação das questões nº 36, 43, 44, 49 e 74. Pedido liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais
- 104) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00529/2018-14
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LVI concurso para ingresso na carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça Substituto. Convocação de todos os aprovados que concorrem às vagas para negros ou pardos e que alcançaram a pontuação mínima. Pedido liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais
- 105) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00536/2018-06
Requerente: Francisco de Assis Mariano dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. LVI concurso para ingresso na carreira. Provimento de cargo de Promotor de Justiça Substituto. Convocação de todos os aprovados que concorrem às vagas para negros que alcançaram a pontuação mínima. Pedido liminar.
Relator: Cons. Leonardo Accioly da Silva
Origem: Minas Gerais

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público